

# DGM • 2021

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

 *MacróPlan*

Análise Fiscal dos 100  
maiores municípios

# Apresentação

O atendimento das demandas dos cidadãos pelos municípios está relacionado à sua condição fiscal. O DGM 2021 apresenta um conjunto de indicadores fiscais para as 100 cidades mais populosas no período compreendido entre 2010 e 2020. Além disso, a evolução das principais rubricas de receita e de despesa de 2019 a 2020 evidencia o impacto das crises econômica e sanitária sobre as finanças das maiores cidades brasileiras.

Neste documento, analisamos, inicialmente, a evolução dos indicadores fiscais dos 100 maiores municípios de 2010 a 2020. A segunda parte é dedicada ao impacto da crise gerada pela pandemia de covid-19 nas receitas e despesas dos municípios.

Por fim, apresentamos o guia metodológico dos indicadores fiscais com suas respectivas fontes, as formas de cálculo e os aspectos da gestão fiscal abordados em cada indicador.

# Sumário

1

➤ Evolução dos indicadores fiscais entre 2010 e 2020

2

➤ Impacto da pandemia sobre receitas e despesas

3

➤ Guia metodológico dos indicadores fiscais

1

# Evolução dos indicadores fiscais entre 2010 e 2020

# Receita tributária per capita e transferências

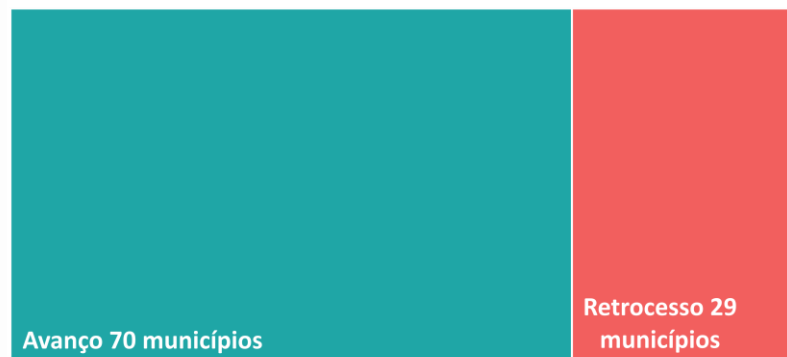
- Para fazer face à crescente responsabilidade com a expansão de serviços, os maiores municípios ampliaram sua receita tributária per capita, entre outras razões, devido ao crescimento do setor de serviços em seu território, muitos dos quais estão sujeitos ao ISS, ou devido à modernização da administração tributária.
- Entre os 100 municípios, apenas oito tiveram perda real de receita tributária ampliada per capita (o que inclui a contribuição para o custeio da iluminação pública) entre 2010 e 2020. Ressalvados alguns municípios que passaram por mudanças institucionais, a maioria está mal posicionada no IDGM 2021.
- O desempenho da receita tributária ampliada foi superior ao das transferências da União e dos estados, o que fez com que 70 municípios fechassem a década com maior autonomia de receita. Entre as transferências intergovernamentais, expandiu-se a presença da União sobretudo pela descentralização de responsabilidades, em especial na área da Saúde.

## Evolução da receita tributária per capita entre 2010 e 2020



Retrocesso 8 municípios

## Evolução do grau de autonomia entre 2010 e 2020

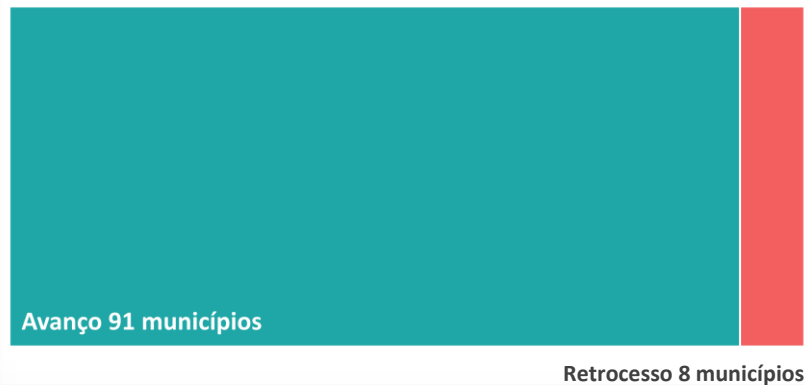


Retrocesso 29 municípios

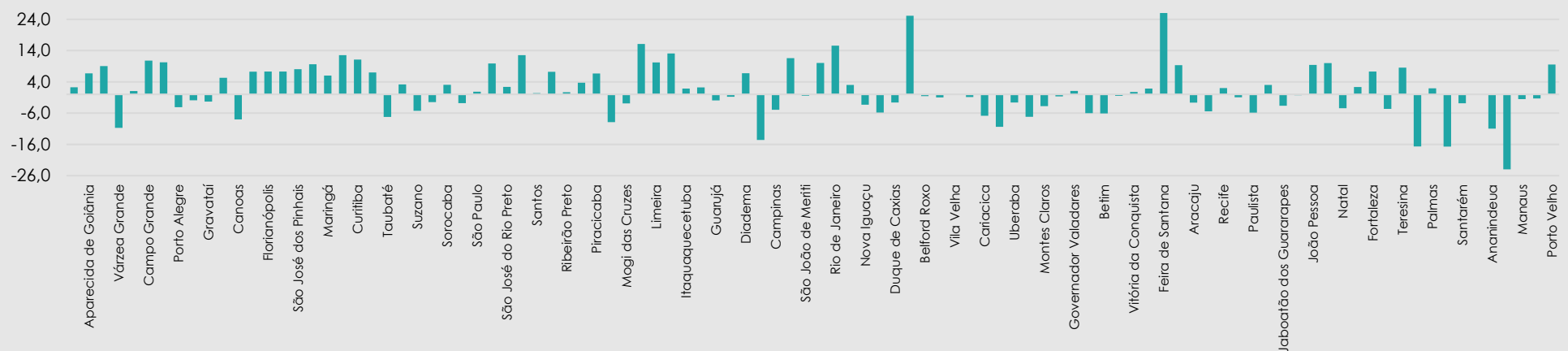
# Despesa per capita com prestação de serviços

- Maiores atribuições e maiores receitas viabilizaram a expansão da despesa per capita com a prestação de serviços em 91 municípios.
- De acordo com o IBGE, a presença dos municípios na prestação de serviços supera a dos estados desde 2014 (ver Estatísticas Fiscais do Governo Geral).
- A expansão na despesa com prestação de serviços não necessariamente foi acompanhada de crescimento acentuado na despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. Em cerca de metade dos casos, o quociente em 2020 permanecia próximo ao de 2010. Isto ocorreu em 13 capitais. Em alguns casos, a expansão de serviços se utilizou de Organizações Sociais, cuja despesa é computada como outros custeios.

## Evolução da despesa per capita com a prestação de serviços entre 2010 e 2020



## Variação da despesa de pessoal/RCL (2010-2020) em pontos percentuais



# Endividamento e custo da dívida

- Embora ainda com nível bem inferior ao dos estados, 57 municípios expandiram seu endividamento entre 2014<sup>1</sup> e 2020<sup>1</sup> (informações disponíveis), avaliado pela relação dívida consolidada/RCL.
- No entanto, alguns municípios fortemente endividados com a União tiveram recálculo do saldo devedor em 2016 com expressiva redução. A despesa com o serviço da dívida se reduziu em relação à RCL no período 2010-2020 em 57 dos casos, em parte, devido à reestruturação de dívida, como em São Paulo. De toda forma, em cerca de metade dos 100 municípios a despesa consome menos que 2% da RCL.

## Evolução da dívida consolidada bruta/RCL de 2014<sup>1</sup> a 2020<sup>1</sup>



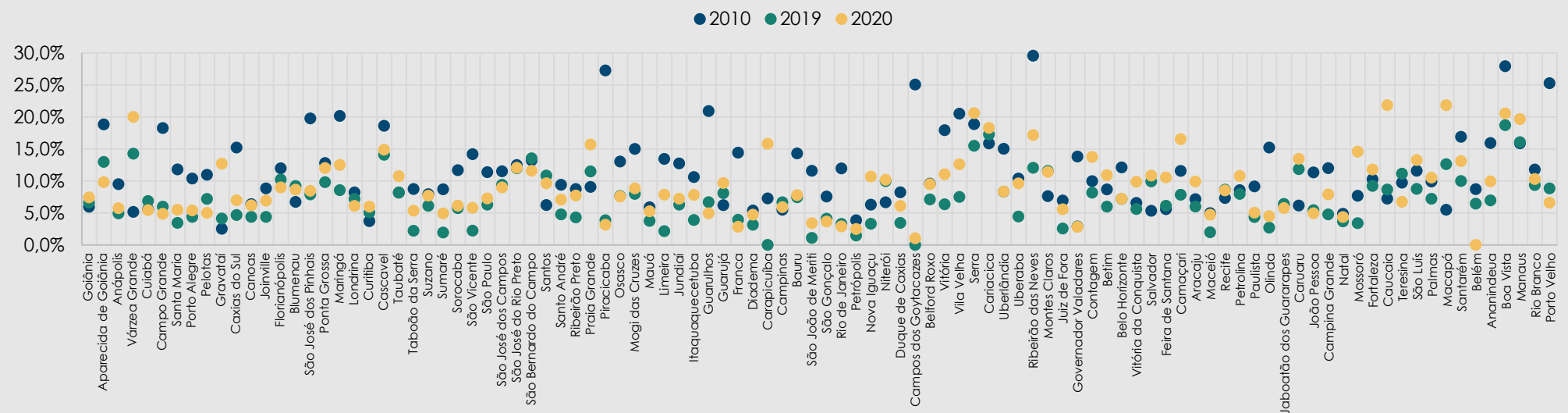
## Evolução da despesa com o serviço da dívida em relação à RCL entre 2014 e 2020



# Investimentos

- A partir de 2015, o investimento total de União, estados e municípios reduziu continuamente, passando de 2,45% do PIB, em 2014, para 1,28%, em 2019. Nesse cenário, no entanto, os municípios vêm se destacando. Em 2019, os investimentos de todos os municípios brasileiros – 0,56% do PIB – superaram os realizados diretamente pelos estados (0,38% do PIB) e pela União (0,34% do PIB).<sup>2</sup>
- Os investimentos dos 100 maiores municípios variaram bastante em relação à sua despesa total ao longo da última década. Em 2019, os investimentos ultrapassaram 8% da despesa total em 34 municípios. Em 2020, esse número pulou para 50, por força dos investimentos na Saúde, parte dos quais contou com transferências extraordinárias da União. Ainda assim, seguindo a trajetória de queda do investimento público, em 66 dos 100 maiores municípios a participação dos investimentos na despesa total em 2020 foi menor que em 2010.
- O montante de investimentos varia no tempo em função da capacidade de poupar e da possibilidade de se captarem recursos de operações de crédito e de transferências de capital, ou mesmo por conta de déficit orçamentário, constituindo restos a pagar nos exercícios seguintes.

## Investimentos mais inversões financeiras em relação à despesa total

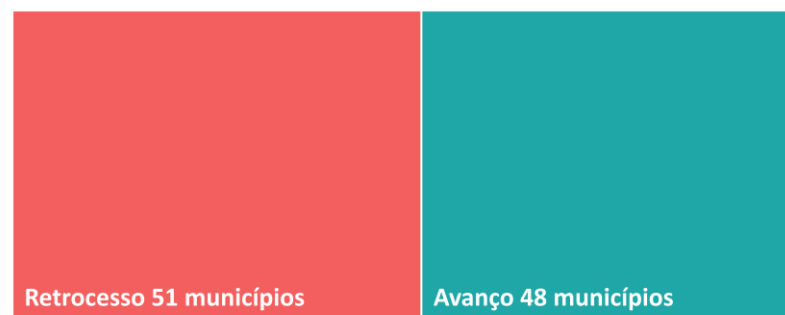




# Poupança

- A RCL deve cobrir as despesas de pessoal e os demais custeios, além das amortizações e os juros da dívida. A diferença constitui uma poupança que garante novos investimentos e a continuidade daqueles que já se encontram em andamento.
- Ao longo da década, a trajetória dos 100 municípios diferiu bastante, havendo os que acumularam déficits por anos a fio e os que conseguiram reservar uma parcela da RCL que sustenta os investimentos.
- Além da poupança, os municípios passaram a contar mais fortemente com recursos de operações de crédito e de transferências de capital para financiar seus investimentos. Isso ocorreu em cerca de 75% dos casos entre 2010 e 2020. Nesse ano, em 51 municípios mais da metade dos investimentos era financiada com essas fontes de recursos.

## Evolução da participação da poupança na RCL entre 2010 e 2020



## Evolução dos recursos captados em relação a investimentos e inversões financeiras entre 2010 e 2020



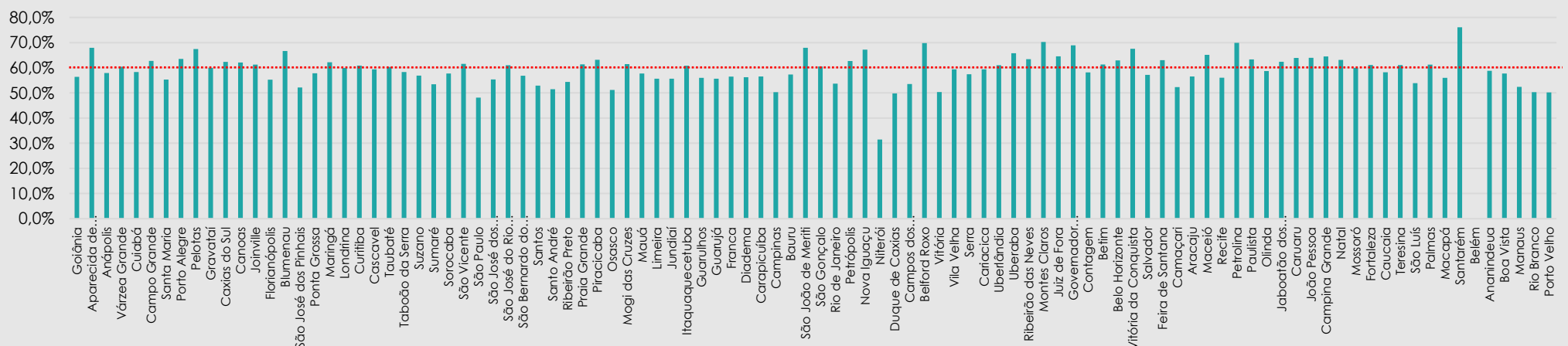
# Vinculação da receita

- O Brasil tem passado por sucessivas crises econômicas, como entre 2008 e 2009, entre 2015 e 2016 e, após tímida recuperação, em 2020. De formas e intensidades variadas, essas crises impactaram as finanças da União, dos estados e dos municípios. O esforço de ajuste fiscal, no entanto, é dificultado pelo alto grau de vinculação de receitas, não apenas para Educação e Saúde, mas também para outros “carimbos”.
- Ao longo da década, a descentralização da prestação de serviços foi, em parte, acompanhada por aumento de transferências vinculadas. Assim, em 2020, 87 municípios possuíam vinculação de receitas maior que em 2010. O indicador inclui as vinculações mínimas constitucionais e legais (25% na Educação, por exemplo). Deve-se considerar, no entanto, que diversos municípios destinam à Educação, e principalmente à Saúde, mais que o mínimo obrigatório. Em 2020, a vinculação mínima total era superior a 60% da RCL em 45 dos 100 municípios.

## Evolução da vinculação mínima de RCL entre 2010 e 2020



## Vinculação mínima da RCL em 2020

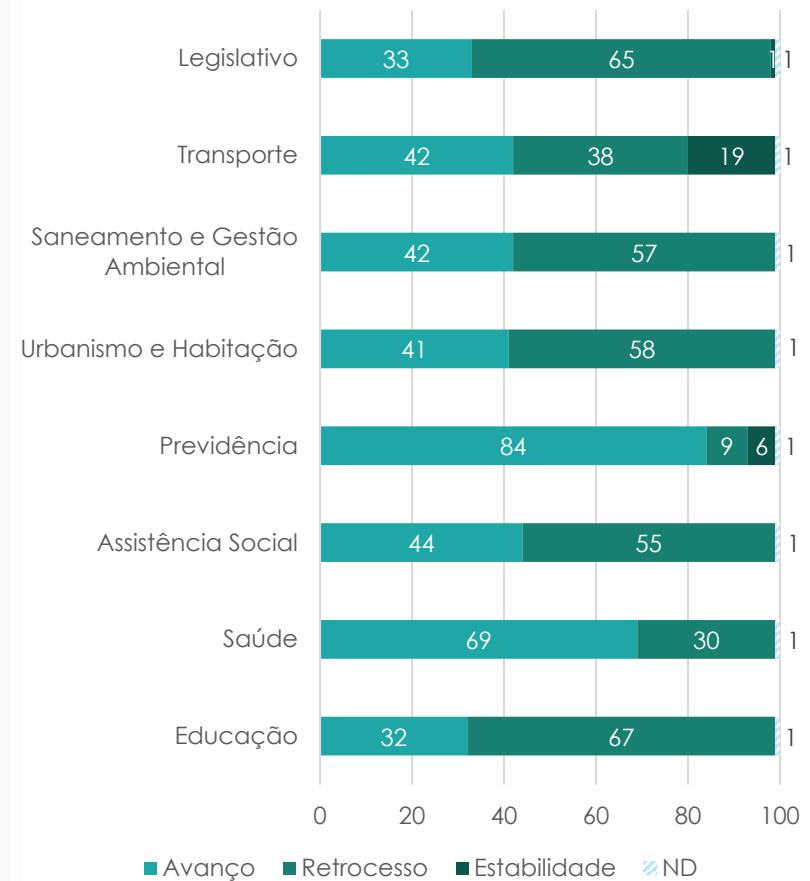


Fonte: Siconfi/STN. Elaboração: Sol Garson. Nota: <sup>1</sup>No momento da extração dos dados não havia informações disponíveis para Belém.

## Despesa por função

- A destinação de recursos entre as diferentes áreas de atuação municipal se modificou ao longo da década.
- A Saúde cresceu em importância no orçamento municipal, com 69 municípios destinando maior parcela de sua despesa à área em 2020, na comparação com 2010.
- Foi, no entanto, a Previdência, em 84 dos 100 municípios, que mais se expandiu em termos relativos. Assim, embora não se possa afirmar que houve queda real de despesa, a Educação perdeu espaço no orçamento em 67 dessas maiores cidades.
- Chama a atenção a baixa destinação de recursos à Assistência Social. Em 83 municípios, a despesa é inferior a 3% do total. Os dados são de 2019, visto que, em 2020, a área recebeu transferências extraordinárias para mitigar os efeitos da pandemia. Além disso, diversos municípios realocaram recursos para apoiar a população carente.
- Destaca-se ainda o fato de que, em 65 dos 100 maiores municípios, a despesa com o Legislativo supera a despesa com Assistência Social, em 2019.

Evolução da participação das despesas por função<sup>1</sup> entre 2010 e 2020 para os 100+

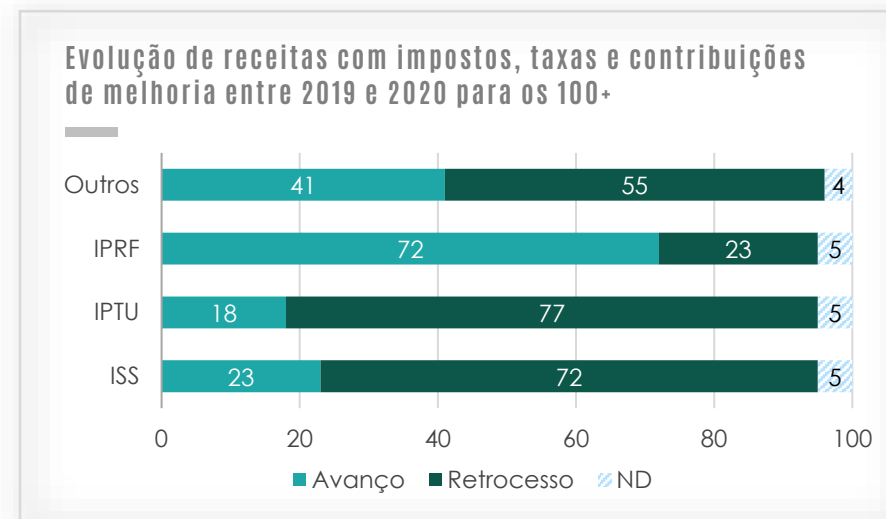


# 2

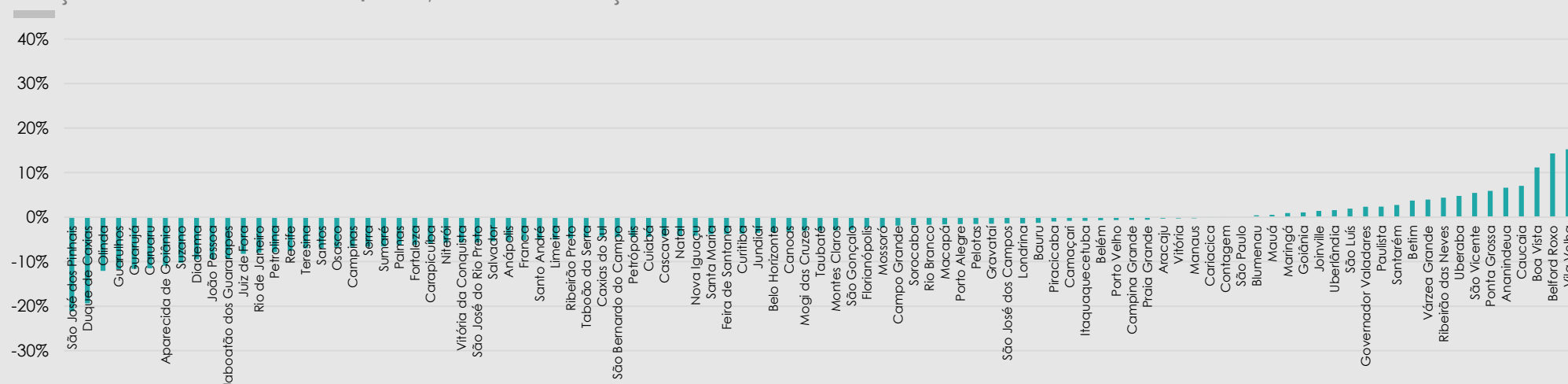
## Análise do primeiro ano da pandemia

# Como evoluíram as receitas no primeiro ano de pandemia?

- No primeiro ano da pandemia, houve aumento real das receitas correntes, em relação a 2019, em 75 dos 100 maiores municípios.<sup>1</sup>
- Tal fato se deu mesmo com a queda na receita tributária verificada em 75 municípios dos 100, que foi mais do que compensada pelo aumento das transferências correntes.
- O impacto da crise nos serviços fica perceptível com a queda ocorrida no ISS na grande maioria dos municípios. O mesmo se deu com o IPTU. Já a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), fortemente correlacionada com a folha de pessoal do município, foi mais resistente à queda: 72 municípios apresentaram aumento real em 2020.



## Variação das receitas reais com impostos, taxas e contribuições de melhoria entre 2019 e 2020



Fonte: RREO/Siconfi/STN. Elaboração: Sol Garson. Notas: <sup>1</sup>Dados acessados em agosto de 2021. Não havia informações para Maceió, Campos dos Goytacazes e São João de Meriti no momento da extração dos dados. Eventuais flutuações nos indicadores e a falta de informação para alguns municípios podem ocorrer devido a problemas de preenchimento no Siconfi/STN. ND: municípios com dados não disponíveis no intervalo considerado.

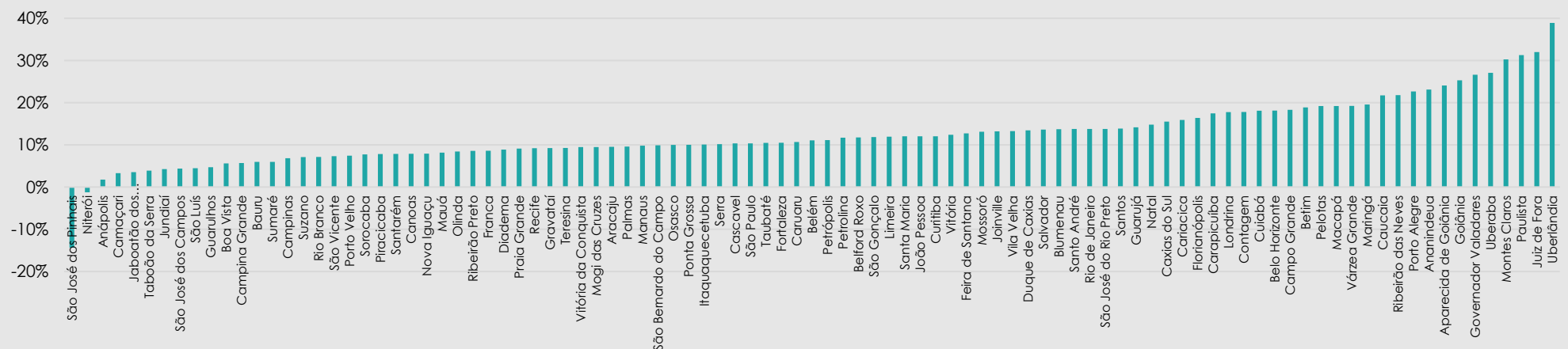
# Como evoluíram as receitas no primeiro ano de pandemia?

- Entre 2019 e 2020, houve aumento real das transferências correntes em 95 dos 100 maiores municípios.<sup>1</sup>
- Em muitos deles, a parcela que mais contribuiu originou-se de recursos transferidos pela União para fazer face à pandemia. De fato, em 2019, apenas 12 entre os 100 municípios possuíam receita tributária ampliada<sup>2</sup> superior ao valor das transferências intergovernamentais. Esse número caiu para 9 em 2020. O grau de autonomia foi excepcionalmente reduzido em todos os municípios, por força dessas transferências extraordinárias.

## Grau de autonomia: receita tributária ampliada x transferências intergovernamentais - 2019

	2019	2020		2019	2020
São Paulo	2,11	1,92	Campinas	1,48	1,29
Santos	1,91	1,55	Praia Grande	1,25	1,13
Guarujá	1,78	1,37	Santo André	1,28	1,08
Florianópolis	1,62	1,31	Curitiba	1,07	0,92
Osasco	1,56	1,30	Porto Alegre	1,09	0,87
Rio de Janeiro	1,60	1,29	Recife	1,00	0,85

## Variação real das transferências correntes entre 2019 e 2020

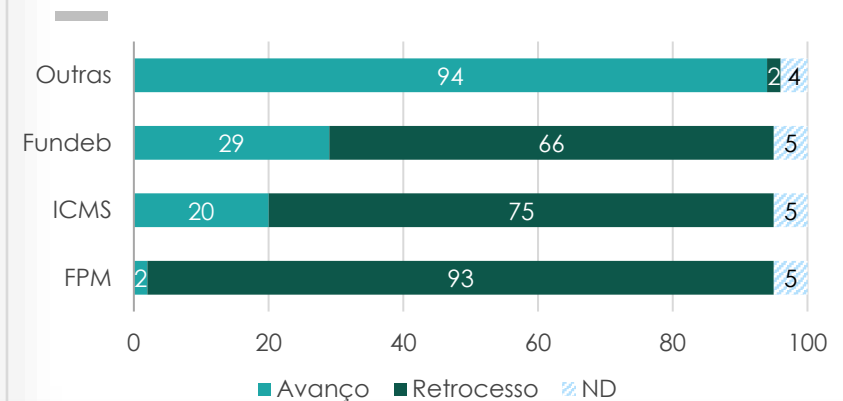


Fonte: RREO/Siconfi/STN. Elaboração: Sol Garson. Notas: <sup>1</sup>Dados acessados em agosto de 2021. Não havia informações para Maceió, Campos dos Goytacazes e São João de Meriti no momento da extração dos dados. Eventuais flutuações nos indicadores e a falta de informação para alguns municípios podem ocorrer devido a problemas de preenchimento no Siconfi/STN. <sup>2</sup>A receita tributária ampliada é o somatório da arrecadação de impostos, taxas e de contribuições de melhoria com contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

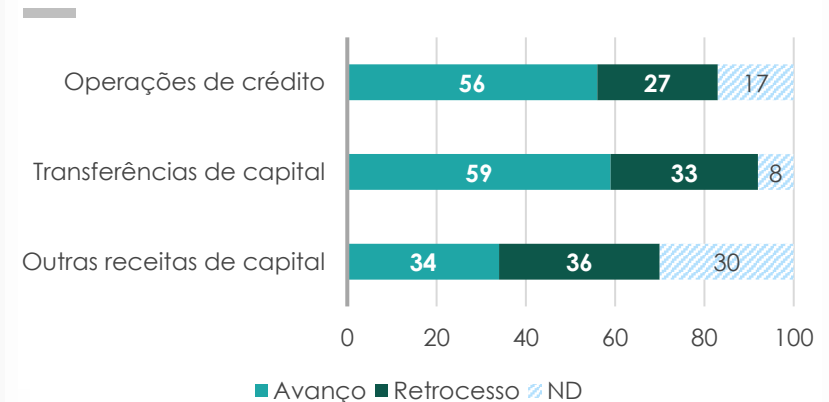
## Como evoluíram as receitas no primeiro ano de pandemia?

- O aumento das transferências correntes verificado entre 2019 e 2020 se deu principalmente por outras transferências.
- As transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) foram muito importantes para os municípios em todo o país. Essas receitas registraram queda entre 2019 e 2020 em 66, 93 e 75 municípios dos 100 maiores, respectivamente.
- As receitas de capital, por sua vez, avançaram em 70 municípios e registraram queda em 27 dos 100.<sup>1</sup> Os aumentos estiveram relacionados tanto às operações de crédito quanto às transferências de capital e outras receitas.

**Evolução da receita com transferências correntes entre 2019 e 2020 para os 100+**



**Evolução da receita de capital entre 2019 e 2020 para os 100+**

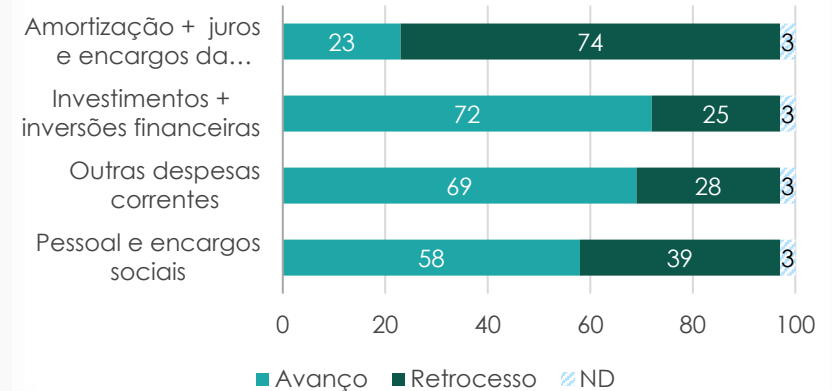


Fonte: RREO/Siconfi/STN. Elaboração: Sol Garson. Nota: <sup>1</sup>Dados acessados em agosto de 2021. Não havia informações para Maceió, Campos dos Goytacazes e São João de Meriti no momento da extração dos dados. Eventuais flutuações nos indicadores e a falta de informação para alguns municípios podem ocorrer devido a problemas de preenchimento no Siconfi/STN. ND: municípios com dados não disponíveis no intervalo considerado.

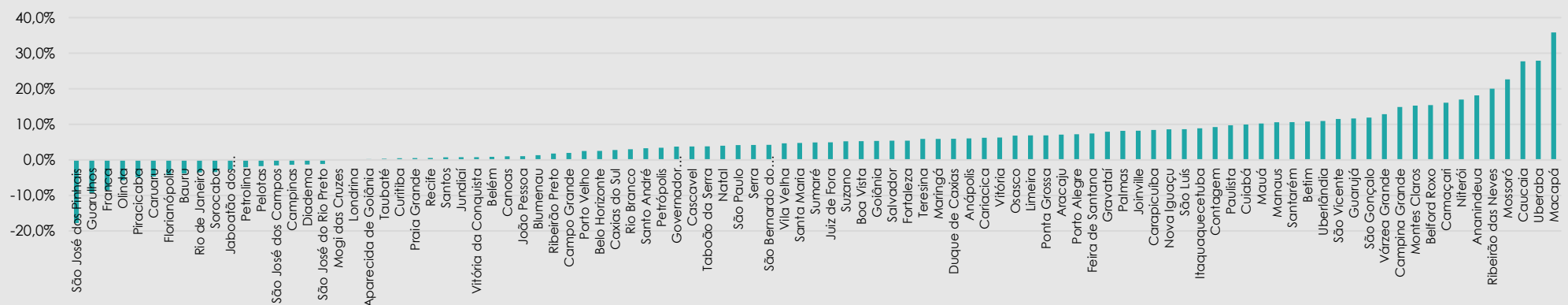
# Como evoluíram as despesas no primeiro ano de pandemia?

- Entre 2019 e 2020, 80 dos 100 municípios apresentaram aumento das despesas em termos reais.<sup>1</sup>
- As despesas de pessoal costumam ser o maior componente do gasto municipal. Os gastos com pessoal e encargos registraram crescimento em 58 dos 100 municípios no primeiro ano de pandemia.
- As Outras Despesas Correntes (ODC) compreenderam gastos diversos para a entrega de bens e serviços à população, caso de luz, gás e telefone, combustível, materiais escolares, medicamentos. Essas ODC tiveram aumento real em 2020 em 69 municípios, na comparação com 2019. Já os investimentos e as inversões financeiras tiveram aumento real em 72 municípios, enquanto a despesa com amortização, juros e encargos da dívida cresceu em termos reais em apenas 23.

Evolução das despesas por grupo de despesa entre 2019 e 2020 para os 100+



Variação real das despesas (exceto intraorçamentárias) entre 2019 e 2020



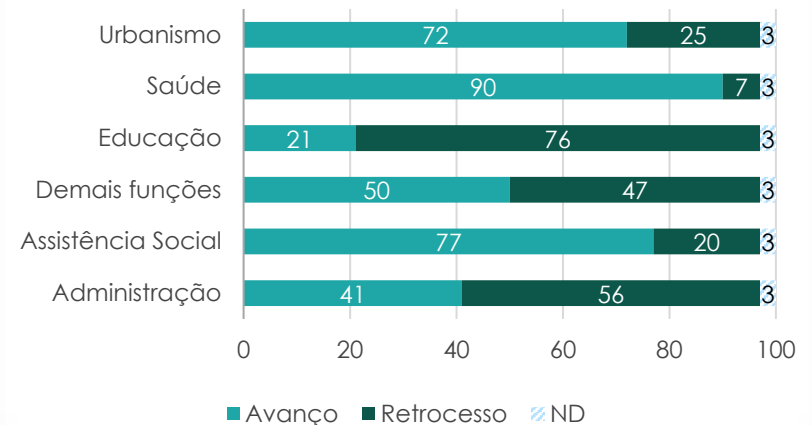
Fonte: RREO/SICONFI - STN. Elaboração: Sol Garson. Nota: <sup>1</sup>Dados acessados em agosto de 2021 Não havia informações para Maceió, Campos dos Goytacazes e São João de Meriti no momento da extração dos dados. Eventuais flutuações nos indicadores e a falta de informação para alguns municípios podem ocorrer devido a problemas de preenchimento no SICONFI - STN.. ND: municípios com dados não disponíveis no intervalo considerado.



## Como evoluíram as despesas no primeiro ano de pandemia?

- A pandemia de covid-19 exigiu que muitos municípios revisassem as prioridades de gastos que constavam no orçamento aprovado para 2020, antes de a crise sanitária se instalar.
- De fato, as prefeituras passaram a ter de lidar com novas demandas por parte da população. A realocação de recursos se fez necessária em muitos casos, mesmo com as transferências extraordinárias de recursos da União (parte vinculada a ações na área da Saúde).
- Houve um aumento real nas despesas com as função de governo referente à Saúde em 90 dos 100 maiores municípios.<sup>1</sup> Em seguida, a Assistência Social aparece com aumento em 77 municípios.
- Já a Educação apresentou uma redução real dos gastos em cerca de três quartos dos municípios, contingente maior do que o total de municípios com queda nas despesas com administração.

Evolução das despesas por função<sup>1</sup> entre 2019 e 2020 para os 100+



# 3

## Guia metodológico dos indicadores fiscais

# Guia metodológico dos indicadores fiscais

- Os indicadores fiscais 2010-2020 destacam aspectos da estrutura e da gestão fiscal dos municípios, respondendo a perguntas referentes:
  - à capacidade de o município arrecadar recursos para atender a demandas da população por serviços públicos;
  - ao grau de autonomia da receita municipal;
  - à alocação de recursos a despesas permanentes com a prestação de serviços;
  - à despesa de pessoal, componente mais relevante das despesas correntes;
  - aos resultados fiscais;
  - à capacidade de poupar e à estrutura de financiamento de investimentos e inversões financeiras, que permitirão ampliar e modernizar a ação pública;
  - à destinação de recursos para as diversas funções de governo de competência exclusiva dos municípios ou em que a prestação de serviços é compartilhada com os demais entes (União e estados);
  - ao grau de rigidez orçamentária, destacando-se, entre os componentes da receita, as parcelas cuja destinação seja legalmente determinada;
  - ao endividamento, à medida que os pagamentos relacionados a ações passadas (investimentos, reescalonamento de obrigações não saldadas em época própria, por exemplo) reduzem a disponibilidade presente para a prestação de serviços.
- A análise dos indicadores obtidos para um único município ou para um conjunto deles deve levar em consideração os diversos aspectos apontados, evitando-se conclusões a partir do estudo de um único indicador. Alguns indicadores podem apresentar mudanças substanciais de um exercício fiscal (ano) para outro, evidenciando a importância de se considerar a série histórica e de não se ater a um único ano.

# Fontes de informações

- A seguir, detalham-se as fontes de informações, a forma de cálculo e o(s) aspecto(s) da gestão fiscal abordado(s) em cada indicador.
- Os indicadores 1 a 22 foram calculados a partir de banco de dados de receitas e despesas municipais, construído com informações extraídas das Declarações de Contas Anuais (DCA) enviadas pelos municípios ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Esse sistema é operado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pela consolidação das contas públicas. O site Tesouro Transparente disponibiliza as informações das DCAs até 2019. Deve-se alertar que, em alguns casos, deficiências no preenchimento das informações pelos municípios podem impactar o cálculo dos indicadores. Para minimizar o problema, foram excluídos do banco de dados municípios com declarações inconsistentes ou incompletas. Além disso, há municípios que não encaminharam a sua DCA, apesar dos esforços da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Economia, e das penalidades aplicadas.
- Os indicadores de endividamento (23 e 24), disponibilizados desde 2014, foram compilados a partir dos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida dos Municípios, que compõem seus Relatórios de Gestão Fiscal, disponibilizados pela STN no site Tesouro Transparente.
- Para a comparação das principais rubricas de receita e despesa em 2019 e 2020, utilizaram-se as informações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do sexto bimestre de cada ano (cobrindo o período janeiro-dezembro), disponíveis no site Tesouro Transparente. O Comparativo 2019-2020 cobre os 97 municípios (dos 100) que disponibilizaram informações até o dia 15 de fevereiro de 2021.
- Comparam-se os valores das principais rubricas da receita orçamentária por natureza, da despesa orçamentária por grupos (pessoal, outras despesas correntes, investimentos etc.) e da despesa orçamentária por funções de governo (Saúde, Educação etc.). Calcula-se a variação real entre as rubricas, destacando-se o aporte de recursos para atender, entre outras, à forte demanda de serviços de Saúde, em muitos casos a partir do redirecionamento de recursos de outras áreas prioritárias, como Educação e Urbanismo.
- A realocação de recursos se fez necessária em muitos casos, pois, apesar das transferências extraordinárias da União (parte vinculada a ações de Saúde), os municípios foram particularmente impactados pela redução da atividade de serviços, fonte da principal receita dos maiores municípios: o Imposto sobre Serviços (ISS).

# Lista de indicadores (1/5)

- **Ind 1 – Receita Tributária Ampliada Per Capita (FORMATO: R\$)**

A Receita Tributária Ampliada (RTA) inclui, além da arrecadação de impostos, de taxas e de contribuições de melhoria, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) está incluído na receita tributária, assim como o IPTU, o ISS e o ITBI. As multas e os juros de mora da dívida ativa e a receita da dívida ativa tributária estão somadas aos tributos. O montante de receitas está líquido de deduções.

- **Ind 2 – Receita Tributária Ampliada x Transferências intergovernamentais (FORMATO: R\$)**

A RTA e as transferências intergovernamentais constituem a parcela mais expressiva das receitas correntes. Em geral, a soma desses componentes supera 80% da receita corrente de estados e municípios. O Ind 2 afere a disponibilidade de RTA para cada real de transferências intergovernamentais, indicando, a princípio, o grau de autonomia da receita municipal. Assim como a RTA, as transferências intergovernamentais estão líquidas de deduções para o Fundeb e outras.

- **Ind 3 – Participação da União nas transferências intergovernamentais (FORMATO: %)**

- **Ind 4 – Participação do estado nas transferências intergovernamentais (FORMATO: %)**

- **Ind 5 – Participação das transferências multigovernamentais (Fundeb) nas transferências intergovernamentais (FORMATO: %)**

As transferências intergovernamentais são um importante componente da receita em países federativos, caso do Brasil. A composição dessas transferências por origem dos recursos indica em que medida o orçamento municipal está atrelado às finanças federais ou estaduais. Em geral, municípios do Norte e do Nordeste contam com elevada participação da União, dados os critérios que orientam o sistema de transferências desenhado na Constituição Federal. Já os de estados do Sudeste e do Sul, em geral, dependem mais fortemente da economia e das finanças públicas de seu estado.

As transferências do Fundeb compreendem a parcela que retorna aos cofres municipais, em função do número de matrículas. A composição dos recursos do Fundeb varia em cada estado e a cada ano, podendo ser consultada no site Tesouro Transparente. No Norte e no Nordeste, em geral, o Fundeb estadual, de onde se originam as transferências para os municípios, tem expressiva participação de recursos da União, através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principalmente, mas também, em determinados estados, da complementação da União. No Sul e no Sudeste, o ICMS estadual tem destaque na composição dos recursos arrecadados pelo Fundeb a cada ano.

# Lista de indicadores (2/5)

- **Ind 6 – Despesa per Capita com Prestação de Serviços (FORMATO: R\$)**

É composta pelo total da despesa com pessoal e Outras Despesas Correntes (ODC), alocadas, basicamente, à entrega de bens e serviços à população. Em geral, são despesas bastante rígidas à baixa.

- **Ind 7 – Despesa de pessoal / Receita Corrente Líquida – RCL (FORMATO: %)**

É um importante indicador de situação fiscal. A despesa de pessoal, calculada de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, exclui inativos e pensionistas com recursos vinculados, bem como as despesas de exercícios anteriores com sentenças judiciais.

No caso dos municípios, a RCL é calculada subtraindo-se da receita corrente a Contribuição Social dos Servidores (para os municípios que têm RPPS) e as deduções para o Fundeb, entre outras. Se a despesa de pessoal consumir elevada parcela da RCL, a rigidez orçamentária será alta, o que pode comprometer a sustentabilidade fiscal.

- **Ind 8 – Serviço da Dívida / RCL (FORMATO: %)**

Representa a parcela da RCL consumida com o pagamento de amortização, juros e encargos de dívidas municipais, entre as quais se incluem empréstimos de instituições financeiras contraídos no passado para financiar investimentos. Podem também compor a dívida municipal parcelas decorrentes de contribuições sociais (INSS) não recolhidas a tempo e renegociadas com o Instituto, além de outras contribuições sociais, precatórios posteriores a 05/05/2000 vencidos e não pagos, dívidas com a entidade de Previdência municipal (municípios com RPPS), entre outras.

A partir de 2014, alguns municípios apresentaram queda no indicador, resultante de lei federal. De acordo com a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, municípios que tinham dívida refinanciada pela União no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, tiveram o saldo recalculado, o que pode resultar em redução do saldo devedor e do serviço da dívida.

- **Ind 9 – Resultado fiscal (FORMATO: %)**

O indicador deve ser visto em sua trajetória e não num único ano, uma vez que ele pode ser sensível ao ciclo político: em anos iniciais de uma administração, as despesas podem se contrair em relação ao final da administração anterior, não apenas para que se “arrume a casa”, como também porque novas iniciativas levam certo período para serem implementadas. Nesse período de superávit orçamentário, acumulam-se recursos que são despendidos nos anos finais, quando o resultado orçamentário do ano é negativo.

## Lista de indicadores (3/5)

- **Ind 10 – Capacidade de poupar: Poupança / RCL (FORMATO: %)**

A poupança é calculada deduzindo-se, da receita corrente (após deduções ao Fundeb e outras), as parcelas consumidas com despesas de pessoal, as ODC, os juros e encargos da dívida e as amortizações da dívida. O saldo remanescente seria, a princípio, destinado ao financiamento de investimentos e inversões financeiras (em municípios, essas inversões frequentemente dizem respeito à aquisição de imóveis e terrenos para uso com equipamentos públicos). Um resultado elevado indica maior capacidade de decidir que investimentos realizar.

- **Ind 11 – Investimentos + Inversões financeiras / Despesa total (FORMATO: %)**

- **Ind 12 – Recursos captados / Investimentos + Inversões financeiras (FORMATO: %)**

Esses indicadores devem ser analisados em conjunto. Uma elevada participação dos investimentos e inversões na despesa poderá ser posta em risco se depender muito de operações de crédito e de transferências de capital, nem sempre disponíveis. Isso evidencia a necessidade de se preservar a capacidade de poupar.

## Lista de indicadores (4/5)

Os Indicadores de 13 a 20 dizem respeito às despesas por funções de governo, ou seja, à parcela da despesa total relativa a cada área que compete ao governo municipal: Educação, Saúde, Urbanismo, Legislativo, Saneamento, entre outras.

- **Ind 13 – Despesa com Educação / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 14 – Despesa com Saúde / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 15 – Despesa com Assistência Social / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 16 – Despesa com Previdência / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 17 – Despesa com Urbanismo e Habitação / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 18 – Despesa com Saneamento e Gestão Ambiental / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 19 – Despesa com Transporte / Despesa total (FORMATO: %)**
- **Ind 20 – Despesa com Legislativo / Despesa total (FORMATO: %)**

Algumas funções de governo são áreas de atuação exclusiva da União (Defesa Nacional, por exemplo) ou, prioritariamente, campo de atuação dos estados, como o Saneamento, o que explica a pouca participação delas na despesa municipal. Outro ponto importante é que, em determinadas áreas, as despesas estão sujeitas a um piso constitucional, como na Saúde e na Educação. Vale observar que esses indicadores comparam a despesa na função com o total da despesa (sem intraorçamentárias). O piso de 25% da Educação e de 15% da Saúde, no entanto, é calculado sobre a receita de impostos e transferências constitucionais, o que explica que se encontrem indicadores cujo valor seja inferior a 25% e 15%, ainda que obedecidos os pisos.



## Lista de indicadores (5/5)

- **Ind 21 – Vinculação mínima de RCL (FORMATO: %)**

Uma substancial parcela das receitas municipais tem destinação definida pela Constituição ou outros instrumentos legais. É o caso dos pisos de despesa com Saúde e Educação. Além disso, parte das transferências intergovernamentais destinam-se à aplicação em determinadas áreas, como Assistência Social (recursos federais do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS), programas de infraestrutura de transportes (recursos federais da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, combustíveis), convênios com a União e o estado para a implementação de políticas públicas. Outras receitas, como a de taxas e de serviços, também são vinculadas. Quanto maior o grau de vinculação da receita, maior a rigidez orçamentária e a dificuldade de adaptação a crises econômicas, que, geralmente, encolhem as receitas e expandem as despesas, em face da maior demanda da população impactada. O indicador calcula a vinculação mínima. No caso da Educação e da Saúde, estima-se quanto deve ser aplicado para cumprir os pisos constitucionais de 25% e de 15% dos impostos e das transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA e outras). Observe-se que diversos municípios aplicam mais que esses pisos, o que torna a sua vinculação de receitas maior que o mínimo aqui calculado.

- **Ind 22 – Endividamento bruto DC / RCL (FORMATO: %)**

- **Ind 23 – Endividamento líquido DCL / RCL (FORMATO: %)**

O nível de endividamento bruto, aferido pela relação entre o estoque da dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida (DC/RCL), é um importante indicador de situação fiscal, considerado pela Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar a Capacidade de Pagamento (Capag) de estados e municípios e a possibilidade de eles contraírem novas dívidas. Como observado (Ind 8), alguns municípios tiveram redução do endividamento bruto a partir de 2015.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa e as aplicações financeiras, além dos demais haveres financeiros. Esse indicador pode apresentar variações às vezes expressivas, em função, sobretudo, de variações na disponibilidade de caixa. Quando essa disponibilidade é superior à DC, a DCL é igual a zero e o indicador DCL/RCL também é igual a zero.

# Equipe

## Diretores da Macroplan

---

Claudio Porto

Glaucio Neves

Gustavo Morelli

## Coordenadores

---

Adriana Fontes

Éber Gonçalves

## Desenvolvimento Técnico

---

Roberta Teixeira

Rachel Bastos

Thiago Nery

Ana Clara Vasco

## Especialista em Finanças Públicas

---

Sol Garson

## Desenvolvimento Web

---

Alexandro Jordão

Bruno Young

## Design

---

Luiza Raj

Tatiane Limani

## Revisão de texto

---

Kathia Ferreira



# MacroPlan Analytics

Rua Visconde de Pirajá, 351 - Sala 718 / Ipanema  
Rio de Janeiro/ RJ 22.410-906

(21) 2287-3293 | [macroplan@macroplan.com.br](mailto:macroplan@macroplan.com.br)

[www.analytics.macroplan.com.br](http://www.analytics.macroplan.com.br)

PARCEIROS DO DGM



## MBC Café